

TÂNIA MARIA DE JESUS GIBSON

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**



**O MOC: MOVIMENTO DE CONSCIENTIZAÇÃO
POLÍTICA DURANTE A DITADURA MILITAR
BRASILEIRA NA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA-BA
(1964 – 1979).**

TÂNIA MARIA DE JESUS GIBSON

NATAL-RN

2005

TÂNIA MARIA DE JESUS GIBSON



**O MOC: MOVIMENTO DE CONSCIENTIZAÇÃO
POLÍTICA DURANTE A DITADURA MILITAR
BRASILEIRA NA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA-BA
(1964 – 1979).**

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II sob orientação da prof^a Ms Maria Conceição Guilherme Coelho, como requisito para a habilitação em Licenciatura e Bacharelado do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

NATAL-RN

2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**O MOC: MOVIMENTO DE CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA
DURANTE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA NA CIDADE DE
FEIRA DE SANTANA-BA (1964 – 1979).**

Monografia apresentada como trabalho de conclusão do Curso de História -
Licenciatura e Bacharelado, ao Departamento de História, em ___/___/___; tendo
sido _____ conforme avaliação do orientador e da Banca Examinadora
constituída pelos professores:

Prof.^a Ms. Maria da Conceição Guilherme Coêlho
(Orientadora)

Prof. Luis Eduardo Brandão Suassuna

Prof.^a Dra. Maria da Conceição Fraga

Agradeço aos meus familiares, amigos e à minha orientadora pelo apoio fundamental à elaboração deste trabalho. Meu eterno agradecimento é dedicado a Ginna que com suas críticas e amor incondicional iluminou minhas escolhas e norteou meu caminho.

RESUMO

A gradativa conscientização da Igreja Católica, em especial, da brasileira com relação à realidade de exclusão social vigente no país atraiu a ala progressista em defesa desta população pobre.

Foi em torno dos seus ideais que a ala progressista e a ala conservadora se articularam o que provocou conflitos internos, entretanto, esta divisão que inicialmente promoveu antagonismo entre elas, também permitiu o despertar da Igreja para uma renovação evangélica.

No intuito de comprovarmos que esta renovação também se refletiu nos movimentos sociais fomentados a partir da Igreja optamos por analisarmos o Movimento de Organização Comunitária (MOC), fundado em 1967 na cidade de Feira de Santana-BA durante o período ditatorial.

Como procedimento metodológico articulamos leituras de trabalhos acadêmicos, buscando obras que discutissem a temática em questão com diversas informações pesquisadas em jornais, revistas especializadas, documentos (arquivos da Câmara Municipal, ata da assembléia geral de constituição do MOC, etc) e depoimentos coletados através de entrevista com pessoas que trabalharam na fundação do MOC.

Ao longo das décadas o MOC consolidou-se como uma entidade de utilidade pública, o que permitiu ampliar seu trabalho junto à população carente de Feira de Santana-BA e em outros municípios circunvizinhos.

LISTA DE ABREVIATURAS

AC	Ação Católica
AP	Ação Popular (oriunda da AC)
CEAS	Centro de Estudos e de Ação Social (Salvador)
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
ESG	Escola Superior de Guerra
FASE	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educativa (a nível regional e nacional)
Ibad	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
Ipês	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
JUC	Juventude Universitária Católica
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEB	Movimento de Educação de Base
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MOC	Movimento de Organização Comunitária
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PUA	Pacto de União e Ação
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

RESUMO

INTRODUÇÃO	9
1. Brasil: governos civil e militares.....	11
1.1 O Brasil dos anos 60 a 70.....	11
1.2 A renúncia do presidente Jânio Quadros.....	12
1.3 A posse de Goulart	13
1.4 A Ditadura instalada.....	17
2. A transformação da Igreja.....	23
2.1 A Igreja Católica e o continente americano	23
2.2 O início do engajamento da Igreja.....	25
2.3 Movimentos de Ação Católica Especializada.....	27
2.4 A influência do Concílio Vaticano II e das Conferências de Medellín e Puebla	30
3. O MOC	33
3.1 O MOC e a cidade de Feira de Santana-BA	33
3.2 A Ditadura no país.....	34
3.3 O MOC e a Igreja Católica	36
3.4 A atuação do MOC.....	39
3.6 O MOC atualmente.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
BIBLIOGRAFIA.....	45

Introdução:

O presente trabalho monográfico é a continuação de um projeto de pesquisa iniciado na Universidade Estadual de Feira de Santana-BA, que teve como objetivo analisar e identificar o Movimento de Organização Comunitária (MOC), organizado para promover e desenvolver ações comunitárias e de resistência à Ditadura Militar.

O objetivo desta pesquisa é apresentar uma análise do papel desempenhado pela Igreja Católica no período entre 1964 e 1979, visando demonstrar sua importância na organização de movimentos sociais, fator preponderante para a criação do MOC, fundado em 1967 na cidade de Feira de Santana-BA.

O desenvolvimento desta análise foi possibilitado a partir da leitura de um conjunto de autores que já abordaram o assunto em questão, da utilização de fontes impressas como jornais da época, do Arquivo da Câmara Municipal de Feira de Santana, da Ata da Assembleia Geral de Constituição do MOC, de vários números do Caderno do Centro de Estudos e de Ação Social (Ceas), de depoimentos orais, colhidos pessoalmente, no ano 2000, através de entrevistas, entre outras fontes de informações que foram primordiais para a construção e fundamentação teórica da problemática.

Mas, para visualizarmos o nosso objeto de pesquisa foi necessária a contextualização de fatos ocorridos no governo populista de João Goulart e nos governos militares, aqui tratados apenas para facilitar a reconstrução deste momento histórico específico.

No primeiro capítulo apresentamos um breve panorama nacional, em especial, os problemas políticos, econômicos, sociais e ideológicos, que a população brasileira enfrentava antes do Golpe Militar de 1964. Os governos populistas – promovedores da ascensão da classe média baixa e dos trabalhadores no cenário político nacional, a precária indústria – enfrentavam carência de investimentos, o descompromisso dos políticos brasileiros com o modelo desumanizante de desenvolvimento - responsável principalmente pela exclusão social. Todos estes elementos juntos evidenciando os motivos que contribuíram para a derrubada do governo Goulart e a instauração de uma Ditadura Militar.

O segundo capítulo destina-se a relatar a trajetória da Igreja Católica, de 1964 a 1979, não no que tange a sua organização, administração ou a instituição como um todo, e sim inseri-la na história brasileira, enfocando sua convivência e contribuição

ideológica com o Poder institucionalizado, seu efetivo envolvimento e contribuição junto à população carente, a fim de compreendê-la em suas relações com os movimentos sociais.

“(...) A Igreja mesma se modernizou em suas estruturas, adaptadas à mentalidade funcional da modernidade, secularizou-se em muitos de seus símbolos, simplificou a liturgia e tornou-a adequada ao espírito do tempo. O discurso da Igreja se fez mais profético no sentido de denunciar os abusos do sistema capitalista e a marginalização do povo (...)”¹

O terceiro capítulo visa à fixação das matrizes do MOC e a demonstração da amplitude de seus trabalhos na cidade de Feira de Santana-BA no período ditatorial. O principal objetivo é inserir o MOC não apenas como parte integrante da história de Feira de Santana-BA, da qual certamente já faz parte, mas, reconhecê-lo como um movimento que trabalhou contra a ditadura militar assim como tantos outros já apresentados na historiografia brasileira.

A partir da pesquisa e da análise das fontes (escritas e oral) foi possível no primeiro momento visualizar a Igreja Católica como uma grande fomentadora de movimentos sociais e de comprovar a importância que estes movimentos tiveram para a conscientização política da população excluída. No segundo momento verificamos que o surgimento e a contribuição do MOC foi fundamental para a população (urbana e rural) de Feira de Santana-BA. Acreditamos que através da seleção destas fontes conseguimos comprovar no MOC as características de um movimento social atuante contra a ditadura militar.



¹ OLIVEIRA, Pedro A Ribeiro. CEBS e Massa. Revista Sem fronteiras, nº 248, fev /março /1997, p.10.

1. Brasil: governo civis e militares.

1.1 O Brasil dos anos 60 a 70:

O fenômeno contemporâneo político do populismo apresentou-se em vários países da América Latina, na Argentina, Bolívia, Brasil, México e Peru. No Brasil a implantação do populismo se deu com o governo de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo (1937-1945), e encerrou-se com a derrubada do presidente João Goulart² no Golpe Militar de 1964.

O fator facilitador para o surgimento dos regimes populistas na América Latina foi a crise de hegemonia da classe dominante, que diluída por conflitos de interesses em função de uma nova conjuntura (política e econômica) não tinha força suficiente para assumir o poder. Por outro lado, a força da classe trabalhadora crescia e exigia uma efetiva participação política.

Segundo Weffort:

“O populismo se apresenta como expressão da emergência das classes populares no cenário político. Essa emergência se torna possível no momento de crise aguda do sistema liberal-oligárquico que explode com a crise de 1929, e propicia uma ruptura da hegemonia política oligárquica (...)”³

Normalmente, os líderes populistas após eleitos não tinham poder suficiente para conciliar os compromissos assumidos com a “elite dominante”⁴ - que representava a ordem vigente no país, e a sua base de apoio política - formada em sua maioria pela classe média baixa urbana e a classe operária.

No Brasil a crise política entre a classe dominante e a trabalhadora já existia desde o governo de Vargas, agravando-se definitivamente no governo de João Goulart, quando tomou rumos dramáticos para a sociedade brasileira.

² Exerceu anteriormente o cargo de Ministro do Trabalho no governo de Getúlio Vargas – que possibilitou sua aproximação com a classe operária – e o cargo de vice-presidente de Juscelino Kubitschek.

³ WEFFORT, Francisco (in) PRADO, Maria Lígia. O Populismo na América Latina (Argentina e México). São Paulo, Editora Brasiliense, 6ª Edição, 1981, p. 11.

⁴ Classe social composta por militares, políticos, empresários, grandes proprietários de terras e a Igreja Católica, todos articulados por uma série de interesses comuns.

1.2 A renúncia do presidente Jânio Quadros:

O presidente Jânio Quadros alegando estar sofrendo fortes pressões (políticas e econômicas) renuncia à presidência da República em 25 de agosto de 1961, sendo prontamente aceita pelos Ministros militares e pelo Congresso Nacional.

Nenhuma classe social (liberal, conservadora, popular) ou instituição (religiosa, política, econômica) se mobilizou para reverter o pedido de renúncia do presidente. Assim, terminava o curto período (durou de janeiro a agosto de 1961) de governo de Jânio Quadros.

Ao renunciar, o presidente não apenas deixou sem solução graves problemas políticos e econômicos, mas desencadeou a dúvida da sucessão presidencial, fato que agitou e dividiu politicamente o país em duas forças antagônicas.

De acordo com a Constituição Brasileira de 1946 – em vigor na época da renúncia de Quadros – se o cargo de presidente estivesse vago o sucessor por direito a assumir seria o vice-presidente da República.

Diante da eminente posse do vice-presidente João Goulart à presidência, as forças políticas constituídas do país se organizaram em dois lados opostos. De um lado, estavam os opositores (ministros militares, militares anti-nacionalistas, os grandes empresários, os grandes latifundiários, a grande imprensa, vários políticos e partidos como a UDN) apoiados pelos Estados Unidos⁵. Do outro lado, a favor da posse de Goulart, estavam os legalistas e nacionalistas das Forças Armadas, os partidos de esquerda, os líderes sindicais e Leonel Brizola (governador do Rio Grande do Sul).

No momento da renúncia de Quadros o vice-presidente encontrava-se em uma visita diplomática oficial à República Popular da China. Momentaneamente, esta ausência favoreceu aos opositores à posse de Goulart. O cargo de presidente foi assumido por Ranieri Mazilli (presidente da Câmara) interinamente.

1.3 A posse de Goulart:

A situação do país era instável, em virtude do acirramento do conflito entre as forças políticas de direita e de esquerda, que poderia piorar e acabar em uma guerra

⁵ Segundo a justificativa americana, o apoio visava impedir que no Brasil fosse instalado um governo de regime comunista como aconteceu na revolução socialista de Cuba, em 1959, que afetou o prestígio dos Estados Unidos.

civil. Neste momento de crise a solução encontrada para o impasse da posse foi a instalação de um regime parlamentarista⁶ provisório. Os dois lados acabaram concordando como essa configuração de “governo compartilhado,”⁷ ficando estabelecido um acordo para a realização de um plebiscito em 1963, quando os eleitores deveriam escolher entre o regime parlamentarista e o presidencialista. Neste plebiscito venceu a forma presidencialista.

No dia 7 de setembro de 1961 João Goulart tomou posse da presidência do país, recebendo como herança problemas econômicos, políticos e sociais.

Existia um grande temor, por parte da elite dominante, que Goulart desse continuidade à “política-econômica independente”⁸ adotada por seu antecessor, Jânio Quadros.

Notadamente, os problemas econômicos do país que há muito persistiam ocorriam em função da precária rede de abastecimento de água e de eletricidade, da carência de ferrovias (antiquadas e sucateadas) e rodovias (ruins e insuficientes). Esses problemas eram acrescidos pelo fato do sistema educacional brasileiro ser incapaz de formar mão-de-obra qualificada necessária para o desenvolvimento da indústria nacional. Conseqüentemente, a indústria brasileira acabava tendo que importar todo tipo de produtos (desde matérias-primas a equipamentos e máquinas). Além disso, o preço do café – principal produto de exportação brasileira – continuava em baixa, o que provocava déficit da balança de pagamento.

Havia ainda a diminuição do volume de capital necessário para promover o desenvolvimento econômico nacional, em virtude da prática do empresariado estrangeiro de repatriar boa parte dos lucros obtidos no Brasil, aos seus países de origem.

“Acentua-se com isso a deformação do processo de industrialização do Brasil e os vícios que marcam o início do processo (...) se agravam e aprofundam ainda mais. Observe desde logo que o processo da penetração imperialista na economia brasileira, longe de trazer com o concurso de capitais, com que

⁶ Regime político em que os ministros são responsáveis perante o parlamento. Essa forma de governo era possível no Brasil porque um ato adicional à Constituição Nacional de 1946 a tornava legalmente aplicável.

⁷ Na prática esse artifício visava diminuir ou anular o poder do presidente.

⁸ Expressão que surgiu durante o governo de Quadros, pois o Brasil passou a comercializar com qualquer país, independente do seu regime político ou ideológico.

aparentemente contribui, um desafogo às nossas finanças externas, como se julgava, tende pelo contrário a agravar o desequilíbrio.”⁹

Para resolver os problemas econômicos foi elaborado pelo Ministro da Fazenda, San Tiago Dantas e do Planejamento Celso Furtado, o “Plano Trienal”¹⁰, no qual constava a contenção dos gastos públicos, a limitação do crédito bancário e o congelamento dos salários. Neste momento, era de fundamental importância o apoio da massa trabalhadora ao presidente, não apenas para o sucesso do Plano Econômico, mas principalmente para efetiva realização das reformas sociais e em especial a “Reforma Agrária.”¹¹

O resultado esperado com o Plano Trienal não aconteceu, não houve a retomada do crescimento econômico e nem se debelou a inflação. O Plano, na realidade, apenas conseguiu garantir os lucros do empresariado nacional e estrangeiro. Conseqüentemente, a insatisfação e as críticas ao governo partiram de diversas “entidades representativas”¹², até então base de apoio político de João Goulart.

A situação ficou instável para o governo Goulart por não conseguir conciliar os interesses totalmente divergentes da classe dominante e da classe trabalhadora, mostrando-se ser incapaz de garantir a implantação do seu próprio programa de reformas. A precária base política do governo se rompeu, o Estado perdeu autoridade diante do crescente radicalismo dos movimentos das forças populares.

“Greves, mobilizações, assembléias, crescimento das organizações sindicais, surgimento das Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais faziam parte do contexto da época. Até mesmo a Igreja Católica preocupava-se com a situação social e política e, temendo perder o controle do seu ‘rebanho’, organizou sindicatos rurais, concorrendo com o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e com as Ligas Camponesas.”¹³

⁹ PRADO, Júnior Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo, Editora Brasiliense, 27ª edição. 1982, p. 316.

¹⁰ Programa antiinflacionário e desenvolvimentista que deveria vigorar de 1963 a 1965.

¹¹ Desapropriação de terras, prevista no Artigo 141 da Constituição Federal 1946, efetuada a partir da necessidade pública ou de interesse social, cabendo indenização ao proprietário mediante pagamento em dinheiro. Como neste momento o governo não dispunha da quantia necessária para efetuar as indenizações, a solução seria alterar a Constituição, para tornar possível o pagamento através de Títulos da dívida pública, resgatáveis após alguns anos.

¹² Associações de esquerda e sindicatos como: o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o Pacto de União e Ação (PUA), a União Nacional dos Estudantes (UNE).

¹³ GERMANO, José Wellington. Estado Militar e Educação no Brasil (1964 -1985). São Paulo, Editora Cortez, Editora da Unicamp, p. 50.

Em contrapartida, a direita buscou legitimizar suas ações de oposição ao presidente, congregando-se com organizações de pesquisas como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipês), e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) com o objetivo principal de impedir que as Reformas Sociais fossem postas em prática. Curiosamente estas organizações de pesquisa eram financiadas pelos Estados Unidos.

No Brasil, o desejo de derrubar o presidente e barrar o comunismo¹⁴ estava presente na classe média conservadora (industrial e rural), em muitos oficiais das Forças Armadas e na ala conservadora da Igreja Católica.

“Um dos mais importantes representantes da Igreja Católica no combate ao comunismo e na defesa da propriedade privada foi o arcebispo de Diamantina - MG, D. Geraldo de Proença Sigaud. Suas idéias revelam traços essenciais do pensamento reacionário em nosso país, e, ao mesmo tempo, dão conta do combate intransigente que amplos setores da Igreja, aliados a grupos latifundiários travaram contra a Reforma Agrária. Assim, conforme D. Sigaud (1962:5ss) ‘O comunismo é uma seita internacional’ que visa ‘instaurar o reino de Satanás neste mundo’, destruindo a sociedade humana baseada na Lei de Deus e no Evangelho (...) D. Sigaud faz uma contundente defesa da desigualdade social (...) O comunismo, ao contrário, ‘quer uma sociedade sem classe em que todos sejam iguais, no que contraria o princípio natural da justiça (...) ‘ a boa sociedade católica e humana é desigual, hierarquizada.’ Em decorrência, a Igreja condena toda reforma agrária que não respeite como sagrado o direito de propriedade(...)”¹⁵

Ignorando o clima de conspiração, o presidente Goulart comparece, no dia 13 de março de 1964, ao comício realizado na Central do Brasil, ao lado de autoridades (militares e civis) e na presença de 300 mil pessoas – trabalhadores, estudantes e grupos de esquerda – decreta a nacionalização das refinarias particulares de petróleo, a desapropriação de terras à margem das ferrovias, rodovias e em zonas de irrigação de açudes públicos, e, antecipando a deliberação do Congresso Nacional - que retardava a sua decisão, assinando a Reforma Agrária.

O episódio do comício teve graves conseqüências para o governo. A primeira resposta veio no dia 19 de março de 1964, quando a direita (paulista), empresários,

¹⁴ Sistema econômico-social, que visa estabelecer a comunhão de bens, com a abolição do direito de propriedade.

¹⁵ GERMANO, José Wellington. Estado Militar e Educação no Brasil (1964 -1985). São Paulo, Editora Cortez, Editora da Unicamp, p. 51-52.

militares, senhoras católicas, padres, freiras e Ademar de Barros (governador de São Paulo) organizaram e executaram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, na qual participaram cerca de 500 mil manifestantes. A segunda, para piorou enormemente a situação do presidente, foi o crescimento e fortalecimento do grupo de seus opositores, que passou a ser composto pelos fundadores da Escola Superior de Guerra (ESG)¹⁶, pelos governadores Ademar de Barros (SP), Carlos Lacerda (Guanabara), Magalhães Pinto (MG) e Ildo Meneghelli (RS), apoiados pela grande imprensa (Jornal O Globo, Jornal da Manhã, Estado de São Paulo e o Correio da Manhã), por empresários, congressistas, pelo embaixador do Estados Unidos no Brasil – Lincoln Gordon – e por muitos religiosos da cúpula da Igreja Católica.

Segundo Mário M. Alves:

“A participação da extrema-direita católica no debate ideológico que se trava no Brasil é considerável. A sua importância ultrapassa amplamente a zona de influência da Igreja. (...) Defendem o corporativismo e o autoritarismo como instrumentos apropriados, se não únicos, para se alcançar o bem comum. Erigem o individualismo em virtude social, aplaudem o *status quo* sócio-político, fazem o elogio do capitalismo e denunciam os socialistas e os ‘socializantes’, categoria vasta e elástica a qual incorporam desde os democratas-cristãos e os liberais até correntes verdadeiramente de esquerda, no país e fora dele (...)”¹⁷

A crise que dominou o Estado populista acabou facilitando a derrubada do governo Goulart em 1964, esta ação foi executada pelas Forças Armadas, especialmente pelo Exército, que agiu sob o apoio da classe dominante nacional – política, econômica, social e religiosa. O golpe foi praticado mediante a alegação da existência de um perigo eminente, que neste momento significava a possível implantação de um regime comunista no país. Segundo os conspiradores naquele momento havia a necessidade de se impor uma nova ordem político-institucional, que logo se tornou em uma ordem fortemente militarizada.

O governo populista de Goulart fracassou devido a suas falhas administrativas, e a sua ambigüidade funcional, isto é, não conseguiu garantir à classe dominante exclusividade política e econômica, nem colocou em prática as reformas sociais

¹⁶ Escola Fundada no Brasil em 1948, nos moldes da doutrina militar norte-americana, sendo também os primeiros instrutores norte-americanos.

¹⁷ ALVES, Márcio Moreira. A Igreja e a Política no Brasil. São Paulo, Editora Brasiliense, 1979, p. 226.

almejadas pelo povo. Ainda assim, produziu alguns benefícios e mudanças para a classe trabalhadora brasileira.

“O período populista, por muito fecunda em desilusões que possa ter sido para as massas, não lhes foi inútil. Além do poder aquisitivo dos trabalhadores urbanos, trouxe-lhes outros benefícios também importantes, embora menos mensuráveis. Permitiu-lhes uma maior circulação das idéias, o debate ideológico, um princípio de tomada de consciência de classe. Do ponto de vista material criou algumas iniciativas no campo das oportunidades educacionais, beneficiando de maneira primordial as camadas inferiores das classes médias, e alargou as oportunidades de trabalho. Mas esta melhoria material chegou depressa aos seus limites. Para ultrapassá-los, seria necessário empreender reformas, cortar privilégios, escolher outros modelos de crescimento industrial, proceder a uma mudança social mais profunda do que a classe dirigente estava disposta a conceder.”¹⁸

A reação negativa da classe dominante e das Forças Armadas em relação à ascensão das camadas inferiores da classe média no cenário nacional mostrou-se nitidamente com o desfecho do Golpe Militar de 1964. Este ato significava o fim do período democrático, e o início de uma nova ordem política-institucionalizada.

A partir da derrubada de Goulart, os militares promoveram o alargamento do “Campo de Segurança Nacional”¹⁹ em virtude disto, as instituições políticas (Câmara dos Deputados, Senado, Assembléias Legislativas, etc.) e os políticos passaram ao controle do Estado, perderam a sua função de representantes e de interlocutores das aspirações e necessidades da sociedade.

1.4 A Ditadura instalada:

O período enfocado compreende os governos Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), de Arthur Costa e Silva (1967-1969), da Junta Militar (que vigorou entre 31 de agosto a 22 de outubro), de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) e Ernesto Geisel (1974-1979); foi neste contexto político nacional que o Movimento de

¹⁸ ALVES, Márcio Moreira. A Igreja e a Política no Brasil. São Paulo, Editora Brasiliense, 1979, p. 43 - 44.

¹⁹ Neste momento, as decisões políticas, econômicas, sociais e de segurança passaram a ser questões reservadas exclusivamente aos militares.

Organização Comunitária – que no decorrer deste trabalho será citado pela abreviatura de MOC.

Após instalarem-se no poder, os militares passaram a exercer um grande controle político e econômico. A sociedade brasileira sofreu forte repressão dos seus direitos, principalmente políticos. Apesar da violenta repressão policial praticada no país ocorreram movimentos de protesto e resistências, operários organizavam greves contra os baixos salários, estudantes saíam às ruas em passeatas contra a ditadura, políticos criticavam a violência e padres progressistas pregavam contra a fome da população nordestina e a tortura praticada pelos órgãos de segurança nacional. Este contexto aos poucos produziu um efeito novo no interior da Igreja Católica, que será melhor abordado no segundo e terceiro capítulos.

Nos golpes que aconteceram anteriormente no país, os militares depunham o governo e entregavam o poder aos civis com eles compromissados. Desta vez, seria diferente, pois o desfecho no Brasil foi apenas o primeiro de uma série de golpes militares, em que foram depostos vários líderes civis, na América Latina, deixando o continente aberto às ditaduras militares orientadas pela Doutrina de Segurança Nacional.

Diante da pressão exercida pela sociedade (elite) brasileira para que o governo militar normaliza-se a situação acabando com agitação no país, no dia 9 de abril o Comando Supremo decretou o Ato Institucional nº 1 dando início a ato-institucionalização do país legalizando o juridicamente o endurecimento do regime.

De acordo com Márcio M. Alves:

“A sobrevivência da casta política não parece interessar sobremaneira nem as Forças Armadas nem a Igreja. Ambas as instituições esforçaram-se por evitar que os seus contatos com os políticos assumam o aspecto de uma identificação ou até aliança eventual, que não lhes traria qualquer vantagem por não reforçar o seu peso respectivo nos círculos de decisão da política real. Os membros das hierarquias militar e eclesiástica que se deixam comprometer pelos contatos com os políticos são, pelo contrário, malvistas pelos colegas e geralmente perdem influência.”²⁰

²⁰ ALVES, Márcio Moreira. A Igreja e a Política no Brasil. São Paulo, Editora Brasiliense, 1979, p.224 - 225..

No dia 11 de abril, foi eleito pelo Congresso, de forma indireta, o General Humberto Alencar Castelo Branco – ligado à Escola Superior de Guerra – presidente do país e para vice-presidente o civil José Maria Alkmin.

A tese defendida por Castelo Branco era a da necessidade de um governo forte e arbitrário para debelar a corrupção e a subversão. Em conformidade com esta tese, vários políticos tiveram os direitos (políticos) suspensos e parlamentares, seus mandatos cassados. A repressão atingiu os partidos políticos de esquerda, várias organizações sindicais, estudantis e religiosas.

Em julho de 1964, uma Emenda Constitucional prorrogou o mandato de Castelo Branco até março de 1967. Demonstrava-se, assim, que o Regime Militar continuaria no comando do país por algum tempo. Foram decretados, ainda durante este primeiro governo, três atos institucionais que progressivamente promoveram as condições favoráveis à permanência dos militares no poder.

De maneira geral a Constituição Federal que entra em vigor em 1967 passou a ser a confirmação dos Atos Institucionais Complementares decretados, cabendo ao Congresso Nacional apenas aprová-la.

Skidmore afirma que o governo de Castelo possibilitou que:

“Na esfera política, codificaram poderes arbitrários para o Executivo, reduziram consideravelmente os poderes do Legislativo e do Judiciário e recorreram à manipulação direta das eleições e dos partidos, ao mesmo tempo banindo da vida pública a maior parte dos políticos de esquerda e alguns de centro.”²¹

A autoridade absoluta do Poder Executivo era respaldada pela Lei de Segurança Nacional, a chefia de toda polícia nacional passou a ser da competência do presidente, assessorado unicamente pelo Alto Comando do Estado Maior das Forças Armadas.

O Marechal Arthur da Costa e Silva assume, em 1968, como presidente do país. Ainda neste mesmo ano, ele amplia os poderes do Conselho de Segurança Nacional, que a partir deste momento passou a interferir na política, na economia (interna e externa), na educação, na imprensa, nos sindicatos, na religião, e em vários outros setores da vida nacional.

²¹ SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. Rio de Janeiro, 4ª edição, Editora Paz e Terra, 4ª editora, 1988; p.159.

O fechamento da vida política se acentuava, assim como, se acentuava o crescimento dos movimentos apoiados ou organizados por estudantes, intelectuais, artistas e até padres. Entretanto estes movimentos também forneciam aos militares o pretexto para um endurecimento ainda maior do regime.

No dia 13 de dezembro de 1968 foi decretado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), juntamente com o Ato Suplementar 38, este último colocava o Congresso em recesso por tempo indeterminado.

Em agosto de 1969, o presidente Costa e Silva foi acometido por uma grave enfermidade (trombose cerebral), que o impossibilitou de continuar no cargo. Assim, assumiu o poder, interinamente, uma “Junta Militar”²² que vigorou entre 31 de agosto a 22 de outubro de 1969 e mesmo neste curto espaço de tempo foi responsável pela outorga de uma Emenda Constitucional, na qual instituía a prisão perpétua e a pena de morte, aumentava o prazo para o estado de sítio e criava a fidelidade partidária.

Após um ano fechado, o Congresso Nacional foi reaberto, em 1969, para eleger ao cargo de presidente o general Emílio Garrastazu Médici e Augusto Rademaker para vice-presidente.



“(...) Médici chegou ao governo em momento muito sombrio. Dez meses antes, uma onda de repressão avassalara o país, e agora o consenso militar exigia que a repressão continuasse. A oposição legal, o MDB, ficou de pés e mãos atadas. Os políticos emedebistas até que faziam discursos inflamados de contestação, mas seus textos eram revistos e censurados antes de chegarem aos meios de comunicação. A Igreja Católica tornou-se, Fonte de Mieux, a única instituição capaz de enfrentar o governo e sobreviver.”²³

O governo Médici, em fins de 1971, aprovou o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) que priorizava investimentos nos campos: siderúrgico, petroquímico, de energia elétrica e transportes. Implantou na educação o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), destinado a alfabetização dos adultos. Estas iniciativas, aparentemente bem sucedidas, geraram um clima de esperança e euforia nos brasileiros.

²² Composta pelo almirante Augusto Rademaker, pelo general Lyra Tavares e pelo marechal-do-ar Márcio de Souza Melo.

²³ SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964 -1985. Rio de Janeiro, 4ª edição, Editora Paz e Terra, 1988 p; 214.

A economia cresceu impulsionada pelo aumento da produção industrial e da exportação, revigorada pela utilização de capitais externos. Este período compreendido, entre 1968 a 1972, ficou conhecido como o “milagre brasileiro”²⁴.

Apesar da euforia acirrou-se a contradição entre a realidade política e a econômica, a sociedade civil vivia submetida ao autoritarismo, seguia amordaçada e mal informada, pois estava em vigor a censura, às prisões arbitrárias, o terror psicológico. Esta realidade se contrapunha ao discurso de posse do presidente Médici que prometeu restaurar a democracia no país.

Surgem e proliferam atos públicos, manifestações populares, movimentos estudantis, que se aglutinavam na luta contra a carestia e em prol de uma reforma partidária.

No final do governo Médici já se vislumbrava uma crise econômica que começava a alterar a visão das classes médias com relação ao Regime Militar.

Em 1974, foi eleito pelas Forças Armadas para a presidência o general Ernesto Geisel e para vice-presidente o general Adalberto Pereira dos Santos.

O governo parece que finalmente entendeu que a permanente falta de liberdade, o medo e a dominação repressiva impopularizavam o Regime Militar e que a insatisfação poderiam resultar numa explosão social.

A Ditadura sofreu, em 1974, um revés eleitoral quando surpreendentemente o partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB) quase duplica o número de cadeiras na Câmara dos Deputados – de 87 para 165 – e no Senado praticamente triplica – de 7 para 20 – ampliando a sua influência junto ao eleitorado, assumindo o seu papel de partido de oposição.

A sociedade brasileira começava a mostrar-se escandalizada como os atos de violência praticados pelos militares. Buscando amenizar esta imagem e a onda de violência, Geisel afastou os comandantes suspeitos de práticas abusivas.

Em 1978, para desviar a atenção dos problemas econômicos, o presidente extinguiu o AI-5 e os demais Atos Institucionais que marcavam a legislação arbitrária da Ditadura Militar.

Para evitar maiores desgastes e garantir a continuação no poder o governo iniciou o processo de abertura política, resultando numa lenta e gradual caminhada em direção democracia.

²⁴ Termo usado para designar o rápido crescimento econômico do Brasil, no período entre 1968 a 1972.

Em 1979 tomou posse como presidente o general João Batista de Oliveira Figueiredo que se comprometeu em continuar o processo de redemocratização. Desta forma, à medida que, a abertura avançava, o regime militar recuava, até se extinguir em 1985 quando foi eleito (de forma ainda indireta) Tancredo Neves para presidente e José Sarney para vice-presidente. Estava encerrado o período ditatorial.

2. A transformação da Igreja.

2.1 A Igreja Católica e o continente americano:

O mundo capitalista do século XX viu-se ameaçado frente à expansão do regime comunista, que se apresentou na América Latina a partir da revolução cubana de 1959. A Igreja Católica compartilhava deste temor, mesmo porque, estava perfeitamente acomodada na conjuntura (política, econômica, social) do sistema capitalista. Desta forma, ao combater o comunismo ela buscava, certamente, salvaguardar seu imenso patrimônio – adquirido ao longo dos séculos.

A distância geográfica que separava o Vaticano²⁵ e o Continente Americano, não foi o único fator preponderante para o surgimento de um catolicismo engajado com os problemas sociais que se desenvolveu na América Latina, em especial, no Brasil. Notadamente, o advento de uma nova ideologia (marxista) de idéias socialistas contribuiu para a transformação, de um lado, ela obteve grande receptividade por parte da população (urbana e rural) historicamente excluída das decisões, e do outro, atingiu decisivamente a Igreja, provocando em seu interior conflitos e divisões, conseqüentemente, também levou a ala progressista a um posicionamento de renovação de valores.

“No caso da Igreja Católica sua estrutura encerra, entre outras normas e valores, alguns que são fundamentais e, por serem fundamentais, foram instituídos pelo próprio Cristo. Ocorre, entretanto, que, no curso da História, há valores que podem ficar latentes, enquanto outros são postos em evidência e apresentados de modo mais enfático. Daí a possibilidade de uma re colocação de valores, ocasionando o que se chama de renovação de estrutura. Uma conseqüência da renovação é que problemas, que não vinham sendo considerados, passam a ser estudados e sentidos.”²⁶

Desde a sua chegada à América, a Igreja buscou se organizar em torno de obras de caridade assistencialistas prestando atendimento à população mais necessitada – acreditava assim estar cumprindo com a sua absoluta obrigação cristã. Tal instituição não encarava a busca de soluções para os problemas sociais como parte de suas funções.

²⁵ Estado matriz da Igreja Católica, localizado na Europa.

²⁶ ALVES, Márcio M. O Cristo do povo. Editora Sábia, Rio de Janeiro, 1968 ;p. 39.

Esta atitude descompromissada demonstrava que a Igreja, ao longo dos séculos, não conviveu verdadeiramente com o povo, mas, apenas coexistiu.

“A tomada de consciência que a participação na realidade envolve quebra velhos preconceitos, antigos padrões de comportamento. Representa, por um lado, um desligamento com o passado ritualista e com os homens e mulheres que a ele se apegam; por outro, uma ruptura com a ordem social existente e seus defensores (...)”²⁷

Persistia na América Latina dos anos 50 a 60 um contexto de estrutura sócio-política atrasado e excludente. O principal problema para os governantes nesta época era o subdesenvolvimento dos seus países. Tal situação tornava a população vulnerável a todo tipo de influências políticas (como o populismo) ou a correntes ideológicas (como a marxista), que apregoavam possuir o poder de promover o desenvolvimento, priorizando a coletividade e a igualdade social.

Quando as Forças Armadas tomaram o Brasil em 1964, o Estado encontrava-se paralisado pela crise política, era o resultado da forte pressão exercida sobre João Goulart e seu governo. De um lado, crescia o grupo de opositores (apoiados pela direita católica) querendo derrubar o presidente e do outro era cada vez maior a eclosão de organizações (sindicatos, associações, etc) e de movimentos sociais reivindicatórios, que fugiam do controle.

De acordo com Ianni não foram apenas os interesses ou problemas (políticos, econômicos ou sociais) internos que desencadearam o golpe:

“E de fato, em 1964 venceu um regime político determinado pela dependência estrutural, que já se vinha acentuando anteriormente (...), já se havia iniciado um processo de redefinição das funções políticas das Forças Armadas. (...) Ao mesmo tempo, no plano político a redefinição da dependência externa foi estimulada pelo processo acelerado da politização das massas. Os governantes norte-americanos sempre encararam com reservas, ou hostilidade, o Getulismo e algumas de suas variantes. Em consequência, todos os progressos do movimento de massas no Brasil eram manipulados como elementos de alarme, juntos aos grupos conservadores e reacionários (...)”²⁸

²⁷ ALVES, Márcio M. O Cristo do povo. Editora Sábina, Rio de Janeiro, 1968; p.41.

²⁸ IANNI, Octávio. O Colapso do Populismo no Brasil. Editora Civilização Brasileira, 4ª edição, Rio de Janeiro, 1988; p. 181.

O programa de reformas sociais – especialmente, a agrária – que Goulart pretendia promover apavorava a elite conservadora e a direita católica, que neste momento viram no Golpe a forma de manter sua posição privilegiada e barrar o Comunismo, como afirma Löwy:

“Em abril de 1964, os militares brasileiros tomam o poder para salvar a ‘civilização cristã ocidental’ do Comunismo ateu, isto é, para defender a ordem capitalista ameaçada pelo crescimento dos movimentos sociais sob o comando do presidente eleito João Goulart.”²⁹

2.2 O início do engajamento da Igreja:

A Igreja, sob o risco de perder o seu campo de atuação junto aos cristãos, atraídos cada vez mais, pelas idéias socialistas da corrente marxista, é forçada a procurar novos caminhos, de certa forma, retomando o caminho do cristianismo primitivo.

Aos poucos a Igreja foi abrindo espaço para novas iniciativas e movimentos de caráter reivindicatório que buscavam mudanças na estrutura sócio-política do país. Este novo comportamento foi fundamental para a sociedade brasileira – mais precisamente para a classe média baixa e a massa trabalhadora urbana e rural, quando as Forças Armadas tomaram o país. Inicialmente, toda a cúpula da instituição brasileira apoiou o golpe. Mas, a implantação progressiva da repressão e o aumento da violência que atingiu a vários segmentos da sociedade (perseguidos por não concordarem com as arbitrariedades praticadas pelo regime), inclusive o religioso, acabou provocando o afastamento da Igreja.

Foi impossível para a Igreja brasileira passar imune a todo este contexto de conflitos e ao surgimento das idéias socialistas da ideologia Marxista. Além disso, houve pelo menos mais uma razão que refletiu dentro da instituição e favoreceu o seu engajamento nos movimentos de libertação. De acordo com Agostini:

“Uma razão adicional é o fato de que o clero estrangeiro era geralmente enviado pelos bispos para as regiões mais distantes e mais pobres, ou para as novas favelas que proliferam na periferia dos grandes centros urbanos do

²⁹ LÖWY, Michael. Marxismo e Teologia da Libertação. Editora Cortez /Autores Associados, 1991; p. 34.

Continente, isto é, lá onde as dioceses tradicionais não existiam. O contraste entre as condições de vida dos seus países de origem e a miséria absoluta que eles encontravam em sua terra de missão vai provocar em muitos deles uma verdadeira conversão moral e religiosa ao movimento de libertação dos pobres (...)"³⁰

Assim como as Forças Armadas transformaram-se em um veículo para a manutenção da elite no poder, a Igreja transformou-se num veículo de reivindicação da população, desempenhando o papel de fomentadora de movimentos sociais.

Estes novos movimentos surgidos em função do descontentamento da população de uma forma geral, foram profundamente inspirados pelas idéias de transformação sociais, e adquiriram enorme prestígio entre a intelectualidade (aquela engajada nos partidos de esquerda e a espalhada nas universidades) que por sua vez propiciavam uma maior politização desta idéias.

“Se observarmos, ainda que rapidamente, as formas que têm assumido a participação popular, percebemos que os resultados concretos obtidos com os esforços de alguns grupos no sentido de organizar a movimentação das massas e de acompanhá-las no seu desenvolvimento está muito além de uma simples movimentação social impõe-lhe a necessidade de uma relação essencialmente política com o poder.”³¹

O conceito de “movimentos sociais” é empregado em sentidos muito diferentes, muitas vezes é tomado num sentido puramente descritivo e designa os processos mais variados (que pode ser uma passeata por melhores salários, mutirões para a construção de creches, e associações de bairro, etc). Num outro sentido pretende caracterizar os aspectos mais originais e dinâmicos da vida social, na sua capacidade de mobilizar-se e organizar-se em sua “vontade” de inovar e criar. Era este tipo de articulação, que nesta época, vinha ao encontro da ala progressista da Igreja interessada em promover uma evangelização de libertação política.

³⁰ AGOSTINI, Nilo. Nova Evangelização e Opção Comunitária e Movimentos Populares. Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1990; p. 38

³¹ WEFFORT, Francisco C. Por Que Democracia ? Editora Brasiliense, São Paulo, 1986 ; p. 7.

2.3 Movimentos de Ação Católica Especializada:

Vários movimentos de ação católica começaram antes mesmo do Golpe de 1964. Entretanto, enfocaremos de forma resumida apenas a Juventude Universitária Católica (JUC) - organizada em 1930, o Movimento de Educação de Base (MEB) - organizado em 1961, e as Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs) – criadas em 1963, em virtude do poder de atuação demonstrado por estas organizações junto a população nacional.

No final da década de 50 a JUC passou a um posicionamento mais radical, desenvolvendo ações explicitamente de característica política como se fosse esta uma parte fundamental do seu compromisso evangélico.

Em 1960 a JUC apresentou um documento preliminar no qual constava o Ideal Histórico do Povo Brasileiro, neste denunciava os malefícios do capitalismo. Ficava cada vez maior o distanciamento ideológico entre a JUC e os bispos católicos. Na verdade:

“O contato com os comunistas permitiu à JUC uma caminhada de aprimoramento de princípios cristãos a elementos provindos das ciências sociais, em particular da sociologia Marxista.”³²

O Episcopado, por sua vez, emitiu, em 1961, um documento condenando o envolvimento da JUC em questões políticas. Por conta deste confronto, a JUC entrou em declínio e para permanecer ativa organizou-se em outro movimento.

“Assim a ação dos jovens católicos sai da JUC e passa a ser desempenhada pela entidade chamada Ação Popular (AP, 1961), entidade que mesmo não sendo considerada parte da organização da Igreja, teve como organizador o Padre Henrique Vaz, com sua ideologia fortemente marcada pelo humanismo cristão.”³³

Já a Ação Popular abertamente considerava sua tarefa primordial buscar maneiras para o superar o capitalismo e implantar o regime socialista indispensável para acabar com a exploração da população.

³² Caderno do Centro de Estudos e de Ação Social (Salvador), Número Especial, nov /dez de 1984, p. 55.

³³ IOKI, Zilda Maria G. Igreja e Camponeses. Editora Hucitec, São Paulo, 1996; p. 36.

“A Ação Popular opta por uma política de preparação revolucionária, que consiste na mobilização do povo, sobre a base do desenvolvimento de seus níveis de consciência e organização, garantindo tal organização numa luta contra a dupla dominação do capitalismo (nacional e internacional) e do feudalismo.”³⁴

O Movimento de Educação de Base (MEB) foi a primeira tentativa católica de uma prática pastoral radical junto as classes populares. Este movimento visava não apenas a alfabetização de adultos, mas, proporcionar a conscientização política do povo afim de ajudá-lo a se tornar personagem ativo da sua própria história, com esta finalidade o método escolhido e utilizado pela pastoral foi desenvolvido a parte da orientação pedagógica de Paulo Freire³⁵.

Segundo Mendes:

“A Pedagogia do Oprimido, de Paulo de Freire salienta o respeito pelas classes populares e suas capacidades. Criticando os elitistas que negavam que as massas tivessem capacidade crítica, ele escreve: basta ser homem para ser capaz de captar os dados da realidade.”³⁶

Foi através das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs) que a Igreja brasileira desenvolveu uma estrutura que realmente alcançou o povo. Enquanto o Estado reprimir os sindicatos e as associações de bairro, as CEBs tornavam-se organizações onde as pessoas discutiam seus problemas, seus valores, suas necessidades políticas e econômicas. Por volta de 1965, as CEBs foram formalmente nomeadas pelo Plano Pastoral Geral, ficando sob liderança leiga, mas dentro de uma estrutura criada e apoiada pela hierarquia católica.

No período de 1967 e 1970, as atividades progressistas nas bases se espalharam por todo país, a Igreja popular estava amadurecendo, os padres progressistas se voltaram para o trabalho comunitário e deixaram de criticar a hierarquia da Igreja institucionalizada.

³⁴ Documento de Base, Goiânia, Centro de Cultura Popular, Janeiro de 1963; p. 28 – citado por T. Bruneau.

³⁵ Elaborou o novo método de alfabetização de adultos que foi empregado pelo MEB entre 1958 a 1964, visando promover a conscientização política do povo.

³⁶ MENDES, Candido de O. Momentos Vivos: a Esquerda Católica no Brasil. Rio de Janeiro, 1966; p.

Mas, as tensões internas não aconteciam exclusivamente por causa das práticas e dos trabalhos desenvolvidos pela ala progressista, elas eram também provocadas pela ala conservadora (a direita católica) que tinha o objetivo de manter o *status quo* social, neste caso, condenavam qualquer tipo de experiência que representasse mudança social, alegando estarem impregnadas com a ideologia Marxista. Intelectuais católicos de direita, como Gustavo Corção, criticavam abertamente a ala progressista tendo em Dom Hélder Câmara (um dos fundadores da CNBB) um alvo especial.

Para Márcio Alves:

“Ao longo do tempo, as normas formaram na Igreja, como instituição, no Brasil, uma sociedade que, tal como a civil, era fechada às maneiras novas de pensar e de agir. Como as normas se ligam muito diretamente a autoridade que delas decide e que as aplica, a estrutura normativa é também marcada pelo sentido do mando e do poder. Mando e poder que são exercidos pela hierarquia.”³⁷

Mesmo com a implantação da repressão e do apoiado da ala conservadora (direita católica) da Igreja, o regime militar não conseguiu impedir que fossem organizados vários movimentos sociais pelo país. 

O MOC, nosso objeto de pesquisa, foi organizado dentro deste contexto ditatorial. Formado a partir de uma conjunção de influências: da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação (FASE) do Rio de Janeiro veio o apoio técnico e financeiro, e a Diocese de Feira de Santana se fez presente no movimento através do padre Albertino Carneiro (um dos fundadores do MOC em 1967).

O conservadorismo da sociedade e da Diocese de Feira de Santana dava respaldo ao movimento que através do seu trabalho pretendia atingir as zonas e os segmentos sociais não contemplados pelo poder institucionalizado, visando promover nesta população um desenvolvimento de caráter participativo e de conscientização política.

“A decepção, mais ou mais generalizada, com o Estado abre caminho, depois de 1964 e, sobretudo, depois 1968, à descoberta da sociedade civil. (...) Pequenos atos, até então seriam considerados insignificantes ou reiteração de uma impotência, começam a receber novas conotações. Manifestações incapazes de incidir eficazmente sobre a institucionalidade estatal antes

³⁷ ALVES, Márcio M. O Cristo do Povo. Editora Sábina, Rio de Janeiro, 1968; p. 39.

interpretada como sinal de imaturidade política – começam a ser valorizadas como expressões de resistência de autonomia e criatividade.”³⁸

Certamente, à medida que evoluíam os pensamentos socialistas dos católicos (padres e leigos), investidos da fé nos valores cristãos passaram a se envolver cada vez mais na luta contra as injustiças e a violência praticadas pelo regime militar. Embora inicialmente houvesse uma união entre a Igreja e o Estado no decorrer do período enfocado (décadas de 60e70) ocorreram mudanças, pois, diante da ameaça de uma cisão irreversível dentro da instituição religiosa e da perda de sua autonomia, o que favoreceria apenas ao Estado (militar), a ala conservadora e a ala progressista uniram-se buscando preservar a integridade da Igreja brasileira.

Esta união levou a uma modificação de posicionamento político, principalmente, do clero conservador que agora se congregava na esquerda católica, este novo comportamento também foi fundamental no processo de transformação no interior da Igreja.

2.4 A influência do Concílio Vaticano II e das Conferências de Medellín e Puebla:

A Igreja do Brasil ao desenvolver esta nova consciência política se faz parte ativa no processo de abertura e renovação dentro dela própria. Renovação também iniciada pela Igreja Católica Romana. Três eventos, promovidos nas décadas de 60 e 70, confirmam o despertar da Igreja Católica para os problemas (políticos, econômicos, sociais e ideológicos) mundiais, e comprovam o rompimento do seu isolamento, finalmente reconciliando-a com os valores cristãos dos quais havia se afastado. O primeiro evento de grande poder renovador foi o Concílio Vaticano II (1962 a 1965).



“O Concílio Vaticano II, numa atitude de diálogo, soube colher os frutos que este movimento renovador lhe ofereceu. Operou uma verdadeira ruptura na ‘consciência cristã’. Uma primeira fase de superação ocorreu então na Igreja, seguida pouco depois por uma segunda fase de deslocamentos por ocasião das Conferências de Medellín e Puebla, no contexto latino-americano.”³⁹

³⁸ SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo. 1970 -1980. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1988. p. 33.

³⁹ AGOSTINI, Nilo. Nova Evangelização e Opção Comunitária: Conscientização e Movimentos Populares. Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1990; p. 70.

No segundo evento, a Conferência de Medellín (Colômbia, 1968), o Episcopado Latino-Americano diante da realidade conflitante do continente foi impelido a discernir sobre a situação (fome, enfermidades crônicas, analfabetismo, empobrecimento, neo-colonialismo econômico, cultural e político,) e a partir de sua fé denunciar tudo que fosse contra a fraternidade dos homens e a palavra de Cristo.

“De olhos fixos nesta realidade, a Igreja tem consciência de que não basta refletir, adquirir maior clarividência e falar. É preciso agir. É preciso saber estar presente. ‘É o momento de inventar com imaginação criadora a ação a ser realizada e, sobretudo, levá-la a término com a audácia do espírito e o equilíbrio de Deus.’ (Medellín, Introdução, n. 3)”⁴⁰

O último dos três eventos foi a Conferência do Episcopado Latino-Americano, realizada em Puebla de Los Angeles - México, 1979. Neste, assim como aconteceu em Medellín (1968), a Igreja reafirmou a sua opção pelo povo excluído. Partindo de uma nova análise da situação em que se encontrava a maior parte da população do continente, o Episcopado comprovou a permanência dos problemas anteriormente identificados. Ou seja, a maior dificuldade para superar a situação de miséria era o modelo de desenvolvimento capitalista, este sim, era o promovedor da servidão econômica, política e social. Concluirão somente por meio de uma educação evangelizadora e libertadora seria possível transformar a situação de flagelo social em que se encontrava o continente.

“Com Medellín e Puebla, a Igreja decide participar na marcha dos povos latino-americanos que se encaminham para a libertação. A Evangelização é totalmente perpassada desta urgência. À base, a Igreja participa na obra que visa a conscientização, o que permite o avanço do processo de irrupção dos pobres. Ela se abre, assim à obra de Paulo Freire, um dos grandes eixos do movimento busca transcender as atuais estruturas iníquas da sociedade, para chegar a uma nova sociedade, justa e fraterna.”⁴¹

Em conjunto os três eventos demonstraram o quanto a Igreja nas décadas de 60 e 70 buscou promover a sua própria renovação cristã. Ela, nesta sua nova missão,

⁴⁰ AGOSTINI, Nilo. Nova Evangelização e Opção Comunitária: Conscientização e Movimentos Populares. Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1990; p. 127.

⁴¹ AGOSTINI, Nilo, Idem; p. 123.

integrou-se progressivamente ao mundo contemporâneo para poder identificar e compreender as causas dos problemas sociais. A Igreja sentiu-se desafiada a desenvolver uma evangelização conscientizadora para a libertação do povo – principalmente do povo latino-americano. Além do impacto transformador que estes eventos produziram dentro da Igreja Católica Romana, tiveram o poder de validar o caminho da renovação já escolhido, e em parte percorrido, da Igreja Católica brasileira.

3. O MOC.

3.1 O MOC e a cidade de Feira de Santana-BA:

Na tentativa de entendermos os movimentos sociais, enquanto manifestações sócio-culturais e religiosas e o seu envolvimento político nas décadas de 60 e 70, período fortemente marcado por mudanças de governos (civis e militares), enfocamos o Movimento de Organização Comunitária (MOC), fundado em 1967 na cidade de Feira de Santana-BA.

Feira de Santana, no século XVIII, era apenas uma fazenda, que pertencia ao casal Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandoa. Nesta fazenda construíram uma capela, onde em princípio eram realizadas reuniões para orações, mas logo acabou tornando-se ponto de encontro para a população da região.

Segundo Freitas (1998):

“O município de Feira de Santana localiza-se a leste do Estado da Bahia, entre a Zona da Mata e o Sertão, numa área de transição denominada agreste baiano. Quase que sua totalidade (96%) esta incluída no Polígono das Secas (excluindo-se somente o distrito de Humildes). Feira de Santana é a sede do município e possui sete distritos (Bonfim de Feira, Governador João Durval Carneiro – antigo Ipuacu, Humildes, Jaguará, Jaíba, Maria Quitéria – antigo São José das Itapororocas e Tiquaruçu – antigo São Vicente), abrangendo uma área de 1.344 km². Pertence à Região Econômica e de Planejamento denominado Paraguaçu, uma das mais populosas do Estado com 10,1% da população estadual em 1991, e também uma das maiores densidades demográficas, 36,2 hab/km² e de maior índice urbano 56,4% da população em 1991(...)”⁴²

A cidade de Feira de Santana desenvolveu-se como um ativo centro comercial, que se destacou das demais cidades do interior baiano como um importante centro coletor e distribuidor de bens e serviços. A cidade desde a sua urbanização passou a ser transpassada por três rodovias federais e três rodovias estaduais, isto não apenas a colocava como importante ponto de conexão entre as várias regiões do país, como

⁴² FREITAS, Necilice. Urbanização em Feira de Santana: Influência da Industrialização 1970-1996. Salvador, 1998; p. 57 (Dissertação apresentada ao Mestrado em Arquitetura da UFBA);

também a tornava aberta a novas tendências fossem estas políticas, econômicas, sociais ou ideológicas.

3.2 A Ditadura no país:

A década de 60 foi um período de efervescência de movimentos de esquerda no país. A ação destes movimentos estava voltada para resistir ao avanço das forças capitalistas, concretizadas a partir da aliança entre militares (da Escola Superior de Guerra) e o capital estrangeiro, associados ao empresariado nacional e estrangeiro, agindo sob o apoio da Ala conservadora (direita católica) da Igreja brasileira.

O golpe de 1964 pôs fim ao governo civil de João Goulart e a sua suposta inclinação ao regime comunista, permitiu a implantação do autoritarismo no País e excluiu um amplo setor da sociedade (intelectuais, políticos, trabalhadores, etc.) da vida política – agora campo reservado apenas aos militares e seus aliados.

“As responsabilidades por este estado de coisas são divididas pelas elites econômicas e políticas e pela Igreja. Falar em Igreja, enquanto instituição, isto é, enquanto integrada num determinado povo e região, é referir-se a um processo histórico e aceitar que a Igreja, vista assim, possa evoluir tal como as outras instituições humanas, passando a enfrentar problemas que anteriormente não focalizava.”⁴³

Assim como no restante do país a ditadura se instalou em Feira de Santana. Neste momento a liberdade deixou de ser um direito e passou a ser aquela permitida pelos militares.

Aos poucos, a repressão alcançou a todos os setores (político, econômico, social e religioso), os militares através da censura controlavam os meios de comunicação (jornais e rádios) e artes (teatro, cinema, literatura, música), fecharam o Congresso, Câmaras Legislativas, sindicatos, associações, nada escapava ao controle.

O prefeito da cidade de Feira de Santana, neste momento, era Francisco Pinto. Ele já havia iniciado a implantação do seu programa de reformas sociais urbanas. Começou urbanizando a Galiléia e a Queimadinha (áreas pobres da cidade), inovou com a Central de Abastecimento⁴⁴. Trabalhou para promover a organização de associações

⁴³ ALVES, Márcio Moreira. O Cristo do povo. Editora Sábia, Rio de Janeiro, 1968; p. 38.

⁴⁴ Centro de comercialização de produtos horte-frute-granjeiros e artesanais.

na periferia da cidade, como a das ruas Nova e Baraúnas e criou a farmácia do povo. Com a realização destes trabalhos o prefeito passou a ser considerado um ídolo pela população. Mas, para o governo militar e a classe conservadora feirense, ele representava uma ameaça que deveria ser anulada.

“1ª Sessão Especial, realizada no dia 06 de maio de 1964, no prédio da prefeitura, onde funcionava a Câmara – o Legislativo era presidido por Godofredo Leite Filho. Em plenário as presenças dos vereadores Altamir Lopes, Hugo Silva, Newton Carneiro, Joselito Amorim, Paulo Cordeiro, Jorge Mascarenhas e Antônio Araújo, todos da bancada de oposição ao prefeito. Mais os senhores Major Hélyvio Moreira, representante do comandante da VI Região Militar, capitão Moacir Eleutério Amorim e o primeiro tenente David Figueiredo Princhak (...) A Resolução nº 46, de 06 de maio de 1964. A Câmara de vereadores do município de Feira de Santana, Estado da Bahia, considerado a comunicação feita a esta casa pelas Forças Armadas, por intermédio do Comando das Tropas do Exército aqui sitiada, resolve: artigo único – é declarado impedido, no cargo de Prefeito do Município de Feira de Santana, o bacharel Francisco Pinto dos Santos. Sala das sessões, em 06 de maio de 1964. Ass.: todos (...) em votação nominal, o projeto foi aprovado por unanimidade com 8 votos.”⁴⁵

Quando foi cassado, o prefeito estava no cargo há pouco mais de um ano. Para o cargo de prefeito foi empossado o udenista Joselito Amorim, que em seu discurso de posse, no dia 08 de maio de 1964, justificou o seu apoio aos militares, desde o momento do golpe, dizendo: “Participávamos de um processo político para evitar que os anarquistas chegassem ao poder. Estávamos em luta.”

Os vários prefeitos que sucederam a Joselito Amorim colaboraram sem grandes dificuldades ou atritos com os militares. Na verdade, o que mais cooperou com o regime foi Newton da Costa Falcão, eleito em 1971. Sob seu governo a cidade viveu um período de grande repressão política. Muitas pessoas (estudantes, professores e profissionais liberais) foram acusadas e presas por subversão. Dentre estas, alguns ex-professores da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

“De família tradicional feirense, Iara Cunha, foi uma personagem forte durante o período ditatorial. Foi presa, sob acusação de incitar estudantes (no período

⁴⁵ Jornal Tribuna Feirense, Especial de Aniversário, Feira de Santana, 06 de abril de 2000, p. 10.

era professora do Instituto de Educação Gastão Guimarães) a fazer manifestações e greves. (...) No dia 03 de maio de 1971 às 13 horas, teve início seu julgamento, que durou até as 05 horas da manhã seguinte, com 12 acusados, entre os quais José Coutinho Estrela, Luciano Ribeiro, Juvenal da Conceição, Antônio Santa Bárbara. O veredicto foi assustador: condenação por um ano. (...) Do julgamento Iara saiu direto para a Casa de Detenção, onde ficou durante 7 meses e 18 dias. (...) No dia 18 de dezembro, última sessão do Tribunal Militar, o processo foi julgado e, todos absolvidos.”⁴⁶

O cenário político de Feira de Santana era a continuação daquele em vigor em todo o país. A dominação dos militares sobre o território nacional foi possível graças a implantação da Doutrina de Segurança Nacional que identificava em toda e qualquer espécie de organização (sindicatos, associações, movimento social) popular uma ameaça.

3.3 O MOC e a Igreja Católica:

O MOC nasceu em 1967, atrelada à Diocese de Feira de Santana e tornou-se uma entidade pública em 1970, quando foi redigido e homologado o seu estatuto. A Igreja Católica era representada neste movimento pelo padre Albertino Carneiro (um dos fundadores do MOC) que influenciado pela abertura iniciada pelo Concílio Vaticano II e por experiências adquiridas desde seu tempo de estudante em movimentos de ação católica especializada – a Juventude Agrária Católica (JAC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), pregava o conceito do Deus libertador dos fracos, demonstrando o quanto estava orientado pela as idéias socialistas da ala progressista da Igreja.

“A Igreja mesma se modernizou em suas estruturas, adaptadas à mentalidade funcional da modernidade, secularizou-se em muitos de seus símbolos, simplificou a liturgia e tornou-a adequada ao espírito do tempo. O discurso da Igreja se fez mais profético no sentido de denunciar os abusos do sistema capitalista e a marginalização do povo.”⁴⁷

⁴⁶Jornal de Feira Hoje /Municípios, 29 e 30 de dezembro de 1977; p. 01.

⁴⁷ OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. CEBS e MASSA. Revista sem fronteiras, n° 248, fev /mar 1997; p. 10.

Na verdade, muito antes da implantação do MOC na Bahia, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) do Rio de Janeiro, vinha buscando se articular com a Diocese de Feira de Santana para montar um escritório nesta cidade, com o objetivo de promover um trabalho de desenvolvimento global e participativo junto à população. Para isto prestaria apoio financeiro e técnico.

Segundo o depoimento do ex-padre Albertino Carneiro:

“O Bispo diocesano Dom Jackson Berenger Prado, em uma reunião da CNBB, encontrou o diretor da FASE, o padre Laising (padre americano) e firmaram um acordo no qual regia que a FASE se comprometia a formar equipes técnicas, enquanto a Diocese colocaria um padre a serviço. Eu fui escolhido e fui 2 vezes ao Rio de Janeiro para fazer treinamento.”⁴⁸

Inicialmente, houve uma grande dificuldade para o MOC desenvolver seus projetos, o primeiro problema foi a precariedade de recursos (financeiros e humanos), o segundo foi por em prática uma nova metodologia, que pretendia desenvolver na região um trabalho participativo, e por último, mas extremamente importante, precisava promover uma conscientização política na comunidade, mesmo contrariando as orientações da Ditadura em vigor.

“Em 20 de outubro de 1967 instalou-se em Feira de Santana, o movimento comunitário (MOC), com apenas três funcionários, o MOC iniciava suas atividades em três comunidades. Após um lento e persistente trabalho, o MOC consegue a simpatia da opinião pública (...)”⁴⁹

De acordo com os relatos do ex-padre Albertino: “Nesta época, para os órgãos repressores do Regime Militar qualquer entidade que tivesse a letra C em sua sigla era logo identificada como comunista.” O fato dele pregar o conceito do Deus libertador dos fracos e o seu envolvimento na organização e nos trabalhos do MOC, renderam-lhe três inquéritos (na época ele respondeu apenas um, os outros dois foram arquivados), apesar do respaldo e da proteção do Bispo Jackson Berenger, conservador e simpatizante declarado da Tradição Família e Prosperidade (TFP), que defendia os

⁴⁸ Depoimento do ex-padre Albertino Carneiro, colhido em 2000, em Feira de Santana.

⁴⁹ Revista do MOC: MOC – 10 anos de estímulo ao desenvolvimento comunitário da região. Arquivo do MOC, Feira de Santana, 1978; p. 48.

padres de sua diocese como se fossem de sua propriedade, demonstrando seu forte espírito corporativista.

O ex-padre Albertino relata:

“De certa vez, eu fui inquerido. O Major Elísio, que era comandante da polícia, fazia parte do CNI (Conselho Nacional de Inteligência) e ele me disse que eu estava dirigindo um trabalho clandestino: o MOC, movimento de organização comunista. E eu disse: ‘Não, Senhor. É MOC, Movimento de Organização Comunitária, não tem registrado ainda, pois ainda é uma experiência, não fiz o estatuto. Mas, eu faço convênio com a FASE, tenho até os papéis. É uma entidade registrada, não é clandestina... e tenho também um convênio com a Diocese de Feira de Santana. A Diocese não é clandestina. O Senhor acha que a Diocese é clandestina? Aqui o convênio dos dois. Nós íamos fazer uma entidade técnica de educação popular, sem ser ligada à Igreja, só que o Bispo (Dom Jackson) quer ser o presidente nato e eu acho que não cabe a ele, ele não quer liberar isso, se o Senhor quiser e puder me dar uma colaboração... que é pra ele liberar.’ E não é que aconteceu?! O Bispo ficou sabendo dessa suspeita e liberou, liberou por medo.”⁵⁰

Foi com o intuito de promovermos uma maior visualização dos fatos ocorridos na cidade de Feira de Santana que buscamos aproximar a história oral (possível a partir dos depoimentos de pessoas que participaram do MOC) da historiografia nacional dos movimentos sociais fomentados a partir da Igreja. Devemos lembrar que segundo Ecléia Bosi:

“Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque não somos os mesmo de então e porque nossa percepção alterou-se, e com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor.”⁵¹

A criação do MOC, teoricamente, foi o resultado de uma conjugação do marxismo com o cristianismo primitivo, segundo o ex-padre Albertino estas ideologias

⁵⁰ Depoimento do ex-padre Albertino Carneiro, colhido em 2000, em Feira de Santana.

⁵¹ BOSI, Ecléia. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1983; p. 17.

formuladas e apresentada na Teologia da Libertação⁵² representavam verdadeiros movimentos de libertação do povo oprimido.

“Muitas vezes tais movimentos surgem espontaneamente como expressão direta das contradições urbanas, resultando simplesmente alguns efeitos específicos no plano da compreensão econômica imediata. (...) Outros já ganham uma consistência mais sólida e continuada. Buscam aproximação com outros movimentos e estabelecem objetivos comuns a longo prazo. Evidentemente, trata-se de movimentos com pesos diferentes no conjunto das lutas sociais.”⁵³

A ação pretendida pelo MOC visava promover a reflexão das próprias comunidades no sentido de identificarem seus problemas, encontrando soluções práticas, desenvolvidas através de ações coletivas e através deste saber (conscientização) formar lideranças para atuarem nestas comunidades.

Em virtude do cerceamento das organizações políticas pelo governo militar e diante da necessidade de atender a população carente (urbana e rural), o MOC buscou métodos educativos que possibilitassem a troca de conhecimentos que facilitassem uma ruptura com a alienação imposta pela cultura dominante. Assim organizado, o MOC começou seu trabalho.

3.4 A atuação do MOC:

A reação contra o regime militar se deu de várias formas, pelo enfrentamento direto por meios das armas, e ou por outras formas mais discretas, nem por isto menos atuantes. Movimentos, como o MOC, desempenharam um papel contestador e transformador da realidade, organizando as comunidades em torno de seus problemas, discutindo as causas, buscando soluções, agindo com ou sem apoio oficial do Estado.

No início, o campo de atuação do MOC era reduzido, apenas permitia soluções para os problemas da população mais próxima, como a falta de crédito bancário para o

⁵² Formulada a partir de um grupo de teólogos do setor progressista da Igreja Católica, em defesa do Cristianismo primitivo, conjugando saberes até então considerados inconciliáveis como a religião e o marxismo.

⁵³ DOIMO, Ana Maria. Movimento Social, Igreja e Participação Popular. Movimento de Transporte Coletivo de Vila Velha, Espírito Santo. Petrópolis: vozes, 1984; p. 27.

pequeno agricultor, a falta de vagas no mercado de trabalho, e a falta de água para o consumo.

No MOC eram promovidas palestras acerca da conjuntura sócio-econômica, desenvolvendo uma nova mentalidade através da participação política. O movimento agiu no sentido de despertar um sentimento comunitário através do trabalho coletivo, para isto treinou lideranças com a finalidade de criar pequenas cooperativas.



“Era o surgimento de uma nova sociabilidade em associações comunitárias onde a solidariedade e a auto-ajuda se contrapunham aos valores da sociedade: eram os ‘novos movimentos sociais, que politizavam espaços (...) De onde ninguém esperava, pareciam emergir novos sujeitos coletivos, que criavam seu próprio espaço e requeriam novas categorias para a sua inteligibilidade.”⁵⁴

Aos poucos, a população alvo cresceu, das áreas periféricas da cidade de Feira de Santana, inicialmente assistidas, o movimento passou a atender pequenas propriedades rurais ocupadas por posseiros, arrendatários.

Em 1970, foi elaborado o estatuto do MOC. Agora com autonomia jurídica adquirida, o movimento se fortaleceu e expandiu.

O primeiro reconhecimento pelo trabalho prestado aconteceu em 1971, quando foi considerado de Utilidade Pública Estadual (Dec. Nº 2993), registrado no CNSS/MEC³ (nº 261.955/71), no ano seguinte, foi considerado também de Utilidade Municipal (lei nº 729), e em 1973 veio o certificado de “Entidade de Fins Filantrópicos”⁵⁵ (nº 241.131/73). A partir deste certificado a sociedade feirense, e outras instituições (nacionais e internacionais), passaram a contribuir de forma mais significativa com o movimento.

A partir do apoio extra (em função do recebimento do certificado) prestado pela sociedade feirense, somados aos seus próprios esforços, o MOC em 1975 passou a atuar em 14 comunidades de 4 municípios, em 1976, chegou a 34 comunidades periféricas e rurais de 10 comunidades. E em 1977 abrangia 40 comunidades, 22 periféricas e 18 rurais de 12 municípios das micro-regiões (Recôncavo baiano, Feira de Santana e Serrinha) do Estado da Bahia. Neste período adquiriu a atual sede.

⁵⁴ SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964 -1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; p. 169.

⁵⁵ Certificado de caráter permanente, distribuído pelo Conselho Nacional de Serviços Sociais do Ministério da Educação e Cultura, confirmava a importância dos serviços prestados pelo MOC a população carente e dava-lhe maior credibilidade perante a sociedade feirense.

“O MOC brevemente estará funcionando em suas instalações próprias no Alto do Cruzeiro, local onde a entidade adquiriu uma imóvel que no momento sofre adaptações necessárias para que se processe a transferência (...) Cumprindo o estabelecimento do convênio firmado com a LBA, o MOC promoveu um treinamento para agricultores de Serrinha, Ichú, Aracy, e Teofilândia, visando uma melhor qualificação do trabalhador rural na região. Já no próximo dia 23, a equipe voltará para os trabalhos de orientação destinados aos agricultores locais, efetuando ainda um levantamento do potencial adquirido pelos mesmos, durante o treinamento.”⁵⁶

O trabalho do MOC desde o início foi desenvolvido de uma forma ampla, entretanto, seu principal objetivo continuava sendo promover a educação e a formação de lideranças comunitárias. No campo da educação trabalhou na alfabetização de adultos e ministrou cursos profissionalizantes conforme a necessidade de cada comunidade atendida, já na formação de liderança buscou capacitar indivíduos para atuarem nas relações dentro da comunidade e junto aos órgãos do governo.

“(...) o treinamento para nós (Albertino e companheiro), era um tanto quanto forjado, eu sempre considerava meio forjado. Por que a palavra treinar? Eu treino o que? Eu treino um macaco, eu treino um cachorro, eu treino um cavalo, mas gente? (...) Mas, nós aprendíamos a fazer treinamento, sim; só que não perdíamos o rumo, porque tínhamos um objetivo que era diferente, não precisava ser explicitado. Formação de liderança? Nós acreditávamos que havia. A gente acreditava, mas na formação através da ação refletida, da práxis. Nós nos preocupávamos com o tijolo vivo, a sociedade.”⁵⁷

Convém ressaltar que a atuação comunitária pretendida pelo MOC não entra em contradição com o depoimento do ex-padre Albertino, pois o objetivo diferente citado pelo depoente estava na finalidade intrínseca do movimento, o qual era fomentar e apoiar organizações coletivas de segmentos pobres, a partir da prática de tijolos /pessoas caracterizada por uma construção conscientizada diferente do ato de treinar indivíduos. x

A criação do movimento durante a ditadura representou além de uma nova alternativa de organização da comunidade em torno de seus problemas, mas, a depender do momento o movimento também e desempenhou o papel de associação, partido

⁵⁶ Jornal Feira Hoje, Feira de Santana, 08 de julho de 1974, ano IX, p. 22.

⁵⁷ Depoimento do ex-padre Albertino Carneiro colhido em 2000, em Feira de Santana.

político, sindicato, entidade de categoria e grupos organizados, funcionou para os mais variados fins, de acordo com as necessidades da comunidade.

3.5 O MOC atualmente:

Atualmente, o movimento tem em seu quadro uma equipe permanente formada por vários profissionais (um técnico em educação, dois sociólogos, dois técnicos agrícolas, um assistente social, um médico, dois auxiliares técnicos e sete auxiliares administrativos), complementada por estagiários (universitários cursando o último ano de graduação em agronomia, ciências sociais, direito, serviços sociais e economia) que prestam 20 horas semanais de serviços. Este pessoal é dividido em 4 departamentos: educação, saúde, alimentação e agricultura.

O MOC, durante as décadas de 60e 70, apesar da repressão militar continuo atuante e não recuou, ampliou o número de municípios por ele assistidos, diversificou os seus serviços, mantendo a sua linha metodológica, pois o seu principal objetivo era a conscientização do sujeito enquanto agente de sua própria história, dotado certamente de conhecimentos técnicos, mas consciente de seu papel na conjuntura política existente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O continente americano desde o seu “descobrimento” apresentou-se como um grande desafio para o desbravador europeu. Os povos aqui encontrados foram classificados, desde o primeiro contato, como pagãos e inferiores, afirmação baseada apenas em diferenças culturais.

Na visão do europeu (português ou espanhol) católico, o povo pagão precisava ser catequizado para que pudesse conhecer o Deus único e a religião cristã. Iniciava-se o trabalho de evangelização da Igreja Católica no Novo Mundo.

Certamente, a Igreja, organizada a partir de seus preceitos e dogmas, acreditava ser imune a influências externas, mas a enorme pluralidade étnica (indígena, africana e européia) com suas diferenças culturais forjou um novo povo para o continente e ao longo dos séculos fez surgir uma Igreja, sensível, tolerante e humana.

A Igreja, ao longo da sua história, posicionou-se como aliada do poder institucionalizado respaldando ideologicamente que a dominação da elite (política e econômica) refletia a própria vontade de Deus. Este posicionamento mudou no século XX com a expansão de novas correntes ideológicas, em especial a Marxista, baseada em propostas sociais bastantes apropriadas para o contexto (nacional e internacional) de exploração da população pobre, resultado do sistema Capitalista.

Estas idéias socialistas somadas a realidade da América Latina produziram uma progressiva conscientização da Igreja, no tocante ao seu papel junto ao povo. Entretanto, este pensamento e a mudança de posicionamento apresentou-se particularmente na Ala Progressista da Igreja.

O trabalho de abertura da Ala Progressista foi fundamental para implantação de uma evangelização voltada para uma conscientização política e no processo de renovação interna dos preceitos da Igreja.

O Estado brasileiro viveu no início da década de 60 um período de intensos conflitos (políticos, econômicos e sociais) resultando no Golpe de 1964, que transformou-se em duas décadas de Ditadura. Este período repressivo e violento provocou o afastamento entre o Estado e a Igreja e produziu um efeito conciliador entre as alas progressista e ala conservadora da instituição.

Movimentos de Ação Católica baseados em idéias socialistas, como a JUC, o MEB, as CEBs e o MOC (nosso objeto de pesquisa) permitiram, através da análise das

suas atuações e dos seus trabalhos, a visualização da trajetória do engajamento político da Igreja, mais precisamente, o novo caminho escolhido pela ala progressista no decorrer das décadas de 60 e 70.

O MOC, desde sua fundação, optou por um novo método de trabalho, dispensando o assistencialismo usual da Igreja. Seu principal objetivo passou a ser a identificação dos problemas que atingiam a população (urbana e rural) carente de Feira de Santana, promovendo debates para discuti-lo com a própria comunidade, buscando soluções coletivamente. O MOC funcionou como veículo para a conscientização das comunidades com relação à sua situação de exclusão social promovida pelo Estado. Na verdade, o MOC buscou preencher o espaço vazio surgido durante o período ditatorial.

O MOC assim como as CEBs queria organizar as comunidades carentes através de uma educação de conscientização política para transformar e melhorar as condições de vida da população socialmente marginalizada. Em virtude do seu trabalho indispensável e da sua sólida base administrativa, o movimento continuou expandindo-se até os dias atuais.

REFERÊNCIAS

FONTES ORAIS

Depoimentos do ex-padre Antônio Albertino Carneiro (atualmente advogado e professor da UEFS) coletado em entrevistas realizadas na cidade de Feira de Santana-BA, junho de 2000.

FONTES IMPRESSAS

Arquivo da Câmara Municipal de Feira de Santana, Ata número 09, 16ª Sessão Ordinária da Câmara 08/05/1964.

Ata da Assembléia Geral de Constituição do MOC – Movimento de Organização Comunitária.

Caderno do Ceas, número 62 (ano 1979).

Caderno do Ceas, número 70 (ano 1980).

Caderno do Ceas, número 76 (ano 1981).

Caderno do Ceas, número 94 (ano 1984).

Caderno do MOC, novembro de 1970.

Caderno do MOC, outubro de 1980.

Jornais Feirenses:

Jornal A TRIBUNA FEIRENSE, 2000.

Jornal FEIRA HOJE, 1960 a 1979.

Jornal FOLHA DO NORTE, 1960 a 1970.

BIBLIOGRAFIA

AGOSTINI, Nilo. Nova Evangelização e Opção Comunitária: Conscientização e Movimentos Populares. Editora Vozes Ltda, Petrópolis-RJ, 1990.

ALVES, Márcio Moreira. A Igreja e a Política no Brasil. Editora Brasiliense, São Paulo, 1979.

_____. O Cristo do Povo. Editora Sabiá Ltda, Rio de Janeiro, 1968.

BASBAUM, Leôncio. História da República de 1961 a 1967. Editora Alfa-Ômega, 4ª edição, São Paulo, 1986.

BOFF, Clóvis. Comunidade Eclesial - Comunidade Política. Editora Vozes Ltda, Petrópolis-RJ, 1981.

BOFF, Leonardo. A Igreja Carisma e Poder: Ensaio de Eclesiologia Militantes. Editora Vozes Ltda, Petrópolis-RJ, 1981.

BOSI, Ecléia. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos. Editora Queros, São Paulo, 1983.

DOIMO, Ana Maria. Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular. Movimento de Transporte Coletivo de Vila Velha, Espírito Santo. Editora Vozes Ltda, Petrópolis-RJ, 1984.

FREITAS, Nacelice Barbosa. Urbanização em Feira de Santana: Influência da Industrialização 1970-1996. Dissertação apresentada ao Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA. Salvador, 1998.

IANNI, Octávio. O Colapso do Populismo no Brasil. Editora Civilização Brasileira, 4ª edição, Rio de Janeiro, 1981.

IOKOL, Zilda Gricoli. Igreja e Camponeses. Editora Hucitec, São Paulo, 1996.

KRISHKE, Paulo José. A Igreja e as Crises Política no Brasil. Editora Vozes Ltda, Petrópolis-RJ, 1979.

LOWY, Michael. Marxismo e Teologia da Libertação. Editora Cortez /Autores Associados, São Paulo, 1991.

MAINWARING, Scott. Igreja Católica e Política no Brasil 1916/1985. Editora Brasiliense, 1989.

MENDES, Candido de O. Momentos Vivos: a Esquerda Católica no Brasil. Rio de Janeiro, 1966.

NAVARRO, Caio Toledo. O Governo Goulart no Golpe de 64. Editora Brasiliense, 16ª edição, São Paulo, 1994.

POPPINO, Rollie. Feira de Santana. Editora Itapuã, Salvador, 1968.

PRADO, Caio Júnior. História e Economia do Brasil. Editora Brasiliense, 27ª edição, São Paulo, 1982.

PRADO, Maria Lígia. O Populismo na América Latina (Argentina e México). Editora Brasiliense, 6ª edição, São Paulo, 1981.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo. Editora Paz e Terra, 4ª edição, Rio de Janeiro, 1988.

WEFFORT, Francisco C. Por Que Democracia? Editora Brasiliense, São Paulo, 1986.